

INSTRUÇÃO TÉCNICA EXECUTIVA Nº 044/85-AESP

O ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno,

R E S O L V E:

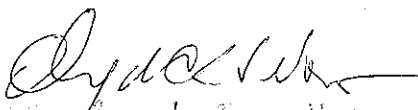
I. Designar os servidores MÁRCIO DE MATOS CA NIELLO, MARINA KAHN VILLAS BOAS, NELMO ROQUE SCHER, YOLANDA LEITE e ELOISA ROCHA PEREIRA para:

a) Comporem um Grupo de Trabalho para a efetivação do Plano de Trabalho exposto no Memo nº 620/85-AESP, referente ao levantamento e organização de dados e avaliação da ação missionária em áreas indígenas.

b) Darem início aos trabalhos pela Avaliação de Gabinete (item 2.3 do referido plano) da ação: das MISSÕES NOVAS TRIBOS DO BRASIL (MNTB), da MISSÃO CRISTÃ EVANGÉLICA BRASILEIRA (MICEB) e da MISSÃO EVANGÉLICA DA AMAZÔNIA (MEVA) nas áreas da 1a. DR (especificamente Leste do Amazonas), 2a. DR (Amapá e Pará) e 8a. DR (Rondônia).

c) O prazo estipulado para realização do trabalho referido no ponto b estender-se-á de 19.11.85 à 12.12.85.

Brasília-DF., 18 de novembro de 1985.


Olyvia Lopes de Jesus Basten
Chefe da Assessoria de Estudos e Pesquisas - AESP/FUNAI

PARECER Nº 084 /85 - AESP

Ref.: Cartilha Missão Novas Tribos do Brasil

Sra. Chefe da AESP,

No aspecto didático-pedagógico eu não concordo com o método utilizado pela Cartilha nº 1. Maku-Nadab. Apresento meus argumentos a partir da nota explicativa ao professor, apresentada no início da Cartilha.

1 - "Depois de aprender uma palavra, o aluno deve procurar a mesma palavra, comparando-a com outras nas páginas seguintes".

O que significa este "aprender uma palavra"? É aprender a escrevê-la ou distingui-la visualmente? É para assimilar a palavra como um todo ("kows"), ou apenas a sílaba ("o")? Seja lá qual for o objetivo do aprendizado, este método não garante que o aluno perceba o porquê do uso de símbolos para compor vários sons e daí surgir uma palavra escrita.

A apresentação simultânea da vogal "o" na 1ª. página, insinua que o objetivo é se chegar a este som, e não à palavra. Introduzir portanto apenas um vocábulo e assumir que o aluno fará a associação de idéias palavra/vogal, é um equívoco. Por outro lado, pode-se certamente prever que o aluno possuidor de acuidade visual mais apurada poderá achar a palavra "bowg" em outra página da Cartilha, mas não se pode garantir que este mesmo aluno tenha facilidade para assimilar conceitos mais abstratos no momento de transpor a imagem da letra ao seu respectivo som e vice-versa.

2 - "Se um aluno equivoca, o professor não deve dizer-lhe a palavra sem fazê-lo voltar à primeira página em que a palavra aparece ..."

Exige-se do aluno distinção sonora, visual e espacial. Qual é o critério do "equívoco"? Qual o parâmetro que se usa para estabelecer este equívoco? Na verdade, a probabilidade dele ocorrer é mínima pois ao aluno tudo é propiciado para que ele decore a palavra (que é só uma) e não corra o risco de equivocar-se.

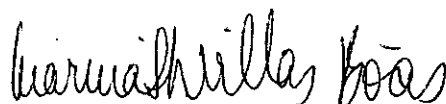
= 02 =

3 - "As vogais devem ser ensinadas nas páginas em que elas aparecem ..."

Através do método utilizado, não se garante que o aluno perceba que a vogal "o" da palavra "bowg" é a mesma da palavra "kows". Ou então, que ele consiga extrapolar o som "o" que corresponde à vogal "o", para uma nova palavra que não esteja na Cartilha.

Concluimos, observando que uma Cartilha como esta tem muito mais a perspectiva de justificar a presença da Missão na área, encobrendo seu trabalho evangelizador num pseudo trabalho em educação. De fato, haverá elementos da comunidade que conseguirão aprender alguma coisa unicamente pelos seus méritos pessoais. Serão estes elementos, os futuros porta-vozes indígenas para a transmissão do Evangelho e, sobre eles, a Missão orienta seu trabalho.

Brasília-DF., 16 de outubro de 1985.



MARINA B. K. VILLAS BOAS
Antropóloga

AESP/MSKVB/dcs

PARECER Nº 088 /AESP/85

Ref.: Processo 05016/76

Assunto: Atuação do SIL e MNTB no Amapá

Sra. Chefe,

Tendo em vista a perspectiva de efetuar-se viagem para análise da atuação do SIL e MNTB na região do Oiapoque, tenho as seguintes considerações:

1. A nova gestão da FUNAI defende a necessidade de se fortalecer as Delegacias Regionais e descentralizar a sede em Brasília.
2. Os relatórios e alertas da Antropóloga Dominique Gallois, os relatórios do Técnico Indigenista Iberê Sassi, Chefe do P.I. Ampari (dezembro de 84 e julho de 85), o relatório do Auxiliar Técnico de Indigenismo Felipe Vilela e do Chefe da Ajudância do Oiapoque, ambos de 1983, o parecer da Antropóloga Carmem Sylvia S. Affonso de agosto de 85, apontam, todos, com muita precisão e clareza a situação precária a que estão submetidos os Postos Indígenas da região, e por conseguinte, os índios, devido a absoluta miscelânea de instituições assistenciais, filantrópicas e religiosas que lá atuam.

A observação da Sra. Affonso, quando esclarece que as vagas dos Postos Indígenas são absorvidas por Brasília, demonstra o descaso que se dá ao trabalho dos Postos.

Percebemos claramente por estes relatórios que a FUNAI recorre à presença das Missões muito mais por omissão e comodismo do que por falta de propostas e iniciativas de outras instituições que poderiam assessorar a FUNAI para um trabalho mais consequente e de interesse dos índios.

3. Transcrevo alguns trechos do primeiro e segundo parágrafos do relatório do Sr. Vilela:

"... formação de grupos de trabalhos, resultando em nada ..., deixando grande número de índios à espera dos técnicos, perdendo dias de trabalhos nas roças, o que os deixam chateados e desorientados com relação à este Órgão.

"(...) A cada retorno dos técnicos na área somava-se o desencanto, devido nada de concreto ser trazido, pois os técnicos ficam prometendo essas coisas todas para os índios (insumos, fornos, sabeamento básico etc) ... a não consulta ao Chefe do PI e de suas atuações na área ..."

4. Qualquer trabalho de análise ou mesmo de inspeção por técnicos da FUNAI, no sentido de avaliar a atuação das Missões, deveria vir acompanhado de uma proposta concreta no sentido de se colocar nos Postos Indígenas pessoas qualificadas nas áreas de saúde e educação - maior reivindicação dos índios, e onde as Missões atacam com absoluta autoridade (e nem tanta competên-cia) - para então se fazer conjuntamente com o Chefe de Posto um trabalho de substituição, mesmo que gradativa, da atuação das Missões.
5. Ter garantias do S.A. e da ASPLAN de que há possibilidade de se preencher estas vagas com a maior urgência pois deve-se levar em consideração, mais uma vez, que a FUNAI deve investir com pessoal de área, tanto em sua reciclagem quanto para formação de novos funcionários.
6. Qualquer viagem de controle e avaliação das Missões, por nossa parte, só terá validade se a Sede assumir, de fato, seu compromisso com os índios através de um trabalho a ser desenvolvido na aldeia, e não nos corredores da FUNAI. Para isto, que haja apoio, respeito e acolhimento às sugestões e atitudes de seu pessoal de área; que os técnicos de Brasília sejam dissociados da posição arrogante e presunçosa, em relação ao Chefe de Posto, de que são os donos da verdade, e, em relação aos índios, de que são os eternos portadores de soluções que, se não são atendidas, é por culpa do professor, do atendente de Saúde e mesmo do Chefe de Posto.

Brasília-DF., 21 de outubro de 1985.

Mariana Villas Boas

MARIANA VILLAS BOAS
Antropóloga

ENCAMINHAMENTO Nº /S/ /85-AESP

Ref.: relatório com sugestões sobre atividades a serem desenvolvidas na AESP na área de educação indígena.

Sra. Chefe,

encaminho as propostas de trabalho que acredito serem as mais pertinentes para tornar a AESP um instrumento de contribuição e interferência na atual maneira de se pensar a questão da educação indígena.

Atenciosamente.

Brasília, 26 de setembro de 1985



Marina Kohn Villas Boas
Antropóloga-AESP

MSKVB/mk

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Ao se pensar a necessidade da AESP incluir em seus quadros alguém que se dedicasse à questão da Educação Indígena, levantou-se alguns aspectos, tendo o trabalho de Setor de Educação da FUNAI como referência.

- 1 - não se leva em consideração, nem se atribuiu a necessária importância aos trabalhos educacionais em áreas indígenas, que não sigam o padrão oficial de ensino;
- 2 - não se desenvolve nenhum tipo de pesquisa para avaliar o índice de aproveitamento e rendimento das escolas existentes em áreas indígenas;
- 3 - não há uma equipe voltada para a produção de material didático específico para as comunidades indígenas;
- 4 - não se trata a questão da educação, partindo-se do pressuposto que não está se lidando com o Índio genérico, mas sim, com várias nações diferentes; que estas diferenças não são apenas respeitadas garantindo-se a alfabetização na língua materna;
- 5 - não se garante que a fase da pós-alfabetização (que se dará em português) obedeça uma sequência lógica a partir do processo de alfabetização na língua materna;
- 6 - não procura ampliar seu universo de ação, buscando profissionais de demais instituições para planejarem, opinarem e elaborarem conjuntamente um trabalho pedagógico condizente com a realidade indígena que será atingida com a escola formal;
- 7 - O que pretendemos, portanto, desenvolver na AESP no que se refere a Educação Indígena seria:

- 1 - elaborar um levantamento de todas as iniciativas em educação em áreas indígenas, além daquelas programadas pelo Setor de Educação da FUNAI, e as que acontecem em função dos Convênios

Assinatura

FUNAI/MISSÕES, FUNAI/MEC, FUNAI/Secretarias Municipais e Es
taduais de Ensino;

- 2 - contactar profissionais que tenham trabalhos feitos em área indígena (lingüista, pedagogos, matemáticos, geógrafos, historiadores, antropólogos, assistentes sociais e outros que demonstram interesse) para se desenvolver uma filosofia de Educação Formal para comunidades indígenas, sem que se perca, como ponto de partida, experiências vividas, na prática, com comunidades indígenas, já que estas expressam a expectativa que os Índios depositam sobre a escola do branco;
- 3-- convocar pessoas interessadas em levantar ou apresentar soluções para elaborar um material pedagógico adequado às necessidades de cada grupo indígena;
- 4 - tentar fazer um levantamento, através das diferentes instituições que lidam com educação em área indígena, com finalidade de estipular diferentes procedimentos nas escolas, em função das expectativas que os Índios depositam sobre ela. Isto, é, estabelecer-se diferentes programas de ação, diferentes currículos e diferentes atitudes face a escola na aldeia;
- 5 - impor a necessidade de se reciclar ou capacitar pessoas que se tornarão agentes de educação em aldeias indígenas;
- 6 - dar pareceres sobre todo material didático e pedagógico que fosse utilizado nas escolas indígenas;
- 7 - controlar e dar pareceres sobre o ensino ministrado pelas Missões e qualquer outra escola conveniada, no sentido de exigir adequação de método e conteúdo condizentes com a realidade em questão.

Para se colocar estas propostas em prática seria necessário:

- 1 - contar com a colaboração do Setor de Educação, para promover-se uma troca de informações e auxílio mútuo;

Handwritten signature

- 2 - contactar as entidades de apoio ao Índio (CIMI, Comissões Pró-Índio, Ministério da Cultura, Pró-Memória etc.) solicitando dados para se ter um controle sobre as escolas existentes em área indígena, além das Conveniadas ou mantidas pela própria FUNAI;
- 3 - ter como ponto de partida para a formulação de propostas mais gerais de atuação da escola indígena, os trabalhos que vem sendo feitos no Acre, no Alto Solimões, nos Tapira pé, no PÔXIN e junto aos Guarani de São Paulo;
- 4 - dispor de uma verba suficiente para convidar pesquisadores, professores e demais profissionais da área de educação para virem a sede da FUNAI em BSB, e começar a discussão mais concreta de propostas de trabalho e formações de material pedagógico para as escolas indígenas;
- 5 - manter vínculo com o trabalho do lingüista da AESP para se encaminhar propostas compatíveis, sintonizadas e concordantes no que se refere a questão da educação indígena.

Tendo em vista a proximidade do fim do ano, podemos orientar para este breve período nossa atuação junto ao MEC, no sentido de acompanhar sua programação para as escolas indígenas, como se comprometeram a executar por ocasião do Dia D da Educação.

Para o próximo ano, deverá se promover as propostas 2 e 3 a partir do mês de fevereiro, quando o corpo docente das Universidades já se encontram em seu local de trabalho. O contato seria inicialmente com a UnB e posteriormente com UFRJ, USP, PUCSP e UNICAMP em função do interesse demonstrado pela primeira. Para estas universidades devemos dispor de verbas para deslocamento e diárias e segue anexa a previsão de gastos. O objetivo destes encontros seria verificar a disposição da equipe (matemáticos, historiadores e geógrafos, principalmente) em assessorar a elaboração de material didático para diferentes etnias.

Castro

Acredito terem sido explicitadas as principais pro
postas e coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.



PORTARIA Nº 1983/E, DE 27 DE novembro DE 1985

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, no uso das atribuições que lhe conferem os Estatutos, e

CONSIDERANDO:

- a Instrução Técnica Executiva nº 044/85-AESP com pondo Grupo de Trabalho para levantamento e organização de dados e avaliação da ação missionária em áreas indígenas;
- que o tempo necessário para tal levantamento é de no mínimo, 6 (seis) meses;
- que qualquer decisão no que tange à assinaturas de novos convênios e renovação dos já existentes, deverão basear-se nestes estudos.

R E S O L V E:

I - Suspender por 6 (seis) meses, a partir desta data, a assinatura de novos convênios e renovação dos já existentes com Organizações Religiosas dedicadas à atuação em Áreas Indígenas Brasileiras.

II - Revogar todas as disposições em contrário.


JOSÉ APOENA SOARES MEIRELLES
Presidente/FUNAI

AESP/MMC/dcs

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
GABINETE DO PRESIDENTE

12

Brasília - DF.

OF. Nº /85 - PRES/AESP

Em

Do: Presidente da FUNAI

Ao:

Assunto :

Prezado(s) Senhor(es)

É objetivo da FUNAI, dentro da filosofia que hora orienta sua administração, a re-elaboração dos procedimentos referentes à fiscalização das atividades missionárias, assinaturas e renovações de convênios com organizações religiosas atuantes em áreas indígenas, bem como a organismos a elas vinculados. Esta orientação relaciona-se, inclusive, com a própria redefinição da Política Indigenista implementada pelo Órgão Tutor, que se efetivará com a ampla participação tanto das populações indígenas, quanto de intelectuais, de organizações preocupadas com o assunto e da sociedade civil como um todo.

Com o intuito de materialização objetiva desta proposta, foi constituído um Grupo de Trabalho na Assessoria de Estudos e Pesquisas (AESP), composto por dois antropólogos, um linguista, uma historiadora e uma enfermeira, que tem como atribuição imediata promover o levantamento e organização de dados, bem como uma avaliação profunda da atuação destas organizações em áreas indígenas. O G.T. já deu início aos trabalhos e, uma vez completada a contextualização da problemática, passará à elaboração de uma proposta de política destinada ao setor, que garanta a integridade física e cultural das populações indígenas, seu principal objetivo.

De maneira a prover o G.T. de tempo necessário para o levantamento da situação, a Portaria nº 1983/E de 27 de novembro de 1985 suspende por 6 (seis) meses a assinatura de novos convênios e a renovação dos já existentes com organizações reli

giosas atuantes em áreas indígenas brasileiras. Sô desta maneira teremos embasamento suficiente - consubstanciado nesta nova política de atuação - de tomar decisões sérias e conseqüentes em relação ao assunto.

Conscientes que estamos de que tal trabalho sô terá condições de efetivação se for realizado dentro de um espírito de colaboração com as pessoas e entidades interessadas na "questão indígena", é que aproveitamos a oportunidade para solicitar de V.Sa. que nos mantenham informados, por intermêdio da AESP (Assessoria de Estudos e Pesquisas) - seja através de denúncias, relatórios, ou de qualquer outra forma - de quaisquer dados concernentes à atuação das organizações religiosas em áreas indígenas.

Certos de vossa colaboração e pondo-nos ao inteiro dispor de V.Sa., despedimo-nos atentiosamente.

JOSÉ APOENA SOARES MEIRELLES
Presidente/FUNAI

AESP/MMC/dcs

ENCAMINHAMENTO Nº 164 / 85-ABSI

Ref.: Relatório padrão (comentários)

Sra. Chefe,

Conforme solicitação de V.Sa. submetemos à apreciação o "Relatório-Padrão para levantamento de dados dos Postos Indígenas" e enumeramos a seguir nossos comentários e su gestões.

1. Quanto ao conteúdo

- 1.1. A experiência em área nos leva a crer que os Chefes de Postos oferecerão certa resistência e encontrarão dificul dades em responder adequadamente a todos os itens do ques tionário. Isto se deve ao fato de que a maioria dos Pos tos se encontram sob responsabilidade de servidores que não atendem a qualificação de técnicos Indigenistas. Sabemos que esta qualificação não é condição básica para se ter conhecimento e sensibilidade sobre a realidade indíge na; mas, o que podemos prever, é a dificuldade que o ser vidor sentirá em dissertar por escrito alguns tópicos do questionário.
- 1.2. A complexidade e o detalhismo das questões a serem respon didas nos parece extrapolar o objetivo a que se propõe es te ques tionário, ou seja, elaborar um relatório-padrão das atividades executadas pelas áreas de Saúde, Educação e De se nvolvimento Comunitário. Entres nos pormenores das ati vidades sócio-políticas e culturais de cada etnia nos pa rece im portante. Isto porém se realiza através de pesqui sa mais minuciosa e são da responsabilidade de técnicos qualificados para elaborá-la.

2. Quanto a forma

- 2.1. Os assuntos estão diluídos no corpo do questionário, de forma tal, que se prevê a dificuldade em se tabular as informações e, então, recuperá-las em seu todo ou em partes.
- 2.2. Foram observados diversos itens cujo teor é repetido, ou seja, há redundância de enunciados que remetem a um mesmo conteúdo. (vide quadro da pg.14; quadros da pg. 16 e 17;pg. 20; pg.81 com pg. 84 e 85; pg.95 com 96).
- 2.3. Em alguns quadros observou-se a aglutinação de assuntos distintos que deveriam ser abordados em categorias específicas. (vide pg.14 item "Informações gerais sobre a sede e as aldeias jurisdicionadas").
- 2.4. O questionário contém mais de 100 (cem) páginas e mais de 1.000 quesitos tornando seu preenchimento difícil e exaustivo.
- 2.5. O questionário não está numerado em seus itens e sub-itens, o que dificulta o manuseio das informações nele contidos.

3. Quanto a praticabilidade da aplicação do questionário.

- 3.1. Baseados em experiências anteriores, alertamos que a falta de sintonia entre a administração central e os Postos criou ressentimentos nos servidores das áreas, de que, responder a mais um questionário não lhes trará retorno para a solução de seus problemas mais prementes.
- 3.2. Não se pode garantir que o Chefe de Posto esgote o trabalho de responder o questionário. Muitos itens dizem respeito a áreas de atuação que nem sempre este controla, e muitas vezes, o quadro de servidores do Posto não está completo. As questões das áreas de Saúde e Educação exemplificam esse argumento. (vide pg.57 a 60 até item "Bolsa de Estudo";

[Assinatura]

(vide pg.43, 44 até item "aspectos de Antropologia Médica")

3.3. Algumas questões são podem ser preenchidas com dados existentes na sede, que não estão ao alcance do Chefe de Posto (vide pg.04 item "Limites territoriais do Posto; pg.06 item "Climatologia", pg.17 item "Coordenadas do Perímetro, "Documento de Posse", "Fontes Legislativas" e "Fontes Bibliográficas;

4. Sugestões

- 4.1. Para atender o objetivo fim do Relatório-Padrão, sugerimos que se "enxugue" o atual modelo proposto em um questionário mais conciso, que dê conta de informar sobre os assuntos mais concernentes no que diz respeito ao arquivamento de dados para controle das atuações na área de saúde, educação e desenvolvimento comunitário. Estes dados seriam praticamente mais estatísticos do que descritivos.
- 4.2. Apresentamos como sugestão alternativa um questionário reduzido que concentra dados mais objetivos distribuídos em 17 seções, que sugerimos seja, também, submetido a apreciação do Setor de Informática.
- 4.3. Acreditamos que a atualização dos dados deva ser feita anualmente, se há real necessidade de se renovar trimestralmente alguns dados, é imprescindível que os mesmos sejam limitados e especificados. Que seja formulado um encarte com os itens desejados do modelo padrão, para que somente ele seja destinado até as áreas, a cada 3 meses.
- 4.4. Os assuntos mais específicos devem ser recolhidos na eventualidade de algum trabalho que venha a ser desenvolvido com o grupo indígena em questão.

Para finalizar gostaríamos de esclarecer que a avaliação que apresentamos acima se limita a nossa área de



competência. Sugerimos que haja uma avaliação técnica mais criteriosa do questionário original, por parte do Setor de Informática da FUNAI que poderia precisar com maiores detalhes nas colocações apresentadas principalmente na seção 2.

Atenciosamente,

Brasília, 15 de outubro de 1985

Marina Villas Boas

MARILIA R. VILLAS BOAS

Nelmo Roque Siler

NELMO ROQUE SCHERER

Ovescossia

OTÍLIA Pa.C. DA ESCOSSIA NOGUEIRA

MKVL/RK